

Limitado desmatamento na Amazônia Legal

Agricultor poderá desflorestar, no máximo, 3 hectares por ano de floresta nativa

MARIÂNGELA HEREDIA

BRASÍLIA – Cada 1 das 600 mil famílias que sobrevivem da agricultura familiar na Amazônia Legal poderá desmatar, no máximo, 3 hectares por ano de áreas de florestas nativas para a atividade produtiva. Esse limite poderá chegar a 5 hectares no caso de posses coletivas. A decisão foi aprovada ontem em reunião de representantes do Ministério do Meio Ambiente (MMA) com pequenos produtores agrícolas, extrativistas e pescadores artesanais, na primeira rodada de negociações para um pacto pela preservação da Amazônia.

As propriedades rurais de até 400 hectares onde se pratica a agricultura familiar serão excluídas da Instrução Normativa n.º 4, baixada pelo ministro do Meio Ambiente, José Sarney Filho, em fevereiro, que proíbe por quatro meses autorizações para desmatamento. Outras alterações dessa instrução serão definidas até o fim do mês, após reuniões com madeireiros, grandes produtores rurais e representantes de trabalhadores sem-terra.

Segundo o presidente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), Eduardo Martins, a decisão poderá resultar num desmatamento de 1.800 quilômetros quadrados por ano, o que não representa nem 10% dos índices que vinham sendo registrados na região. Pela legislação, as propriedades existentes



Mary Allegrette (à dir.): intenção do ministério é modificar o modelo de desenvolvimento da região

no norte da Amazônia (que inclui, por exemplo, Amazonas e Roraima) devem preservar 80% da mata nativa, enquanto as de Mato Grosso precisam manter 50%.

As permissões para desmatamento serão vinculadas à emissão de autorizações para queimadas, para facilitar o trabalho dos pequenos agricultores. A assessora especial do MMA para Assuntos da Amazônia, Mary Allegrette, disse que a intenção do ministério é modificar o modelo de desenvolvimento da região,

enfrentando o desmatamento do ponto de vista econômico, ambiental e social. "A melhor maneira para conseguir isso é negociar compromissos deles e nossos", afirmou.

Discussão – A volta do desmatamento foi decidida um dia após o governo ter conseguido a cassação da liminar concedida, na semana passada, pela Justiça de Mato Grosso, que suspendeu os efeitos da Instrução Normativa n.º 4. Eduardo Martins disse que mais de 70 pedidos de

desmatamento foram apresentados enquanto vigorou a liminar, mas nenhum deles foi autorizado, por falta de atendimento das exigências legais. Para Martins, é importante manter a proibição até a realização de uma "ampla discussão" para evitar desmatamentos ilegais.

O presidente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Pará, Aírton Faleiro, disse que o governo deveria ter discutido com os setores representativos da Amazônia antes de suspender os desmata-

mentos. "Nossa avaliação é que o governo está fazendo uma autocrítica ao negociar a revisão da medida com os diversos setores", afirmou.

A senadora Marina Silva (PT-AC) foi uma das primeiras a criticar a instrução normativa, cobrando do ministro José Sarney Filho o compromisso de que não tomaria nenhuma medida sem discutir com as lideranças locais. "Se o desmatamento na Amazônia fosse reduzido por decreto ou portaria, os ministros que o antecederam já teriam conseguido", disse.

Doenças – Ontem, no Rio, participantes do seminário *Visões da Amazônia: Cultura, Ciência e Saúde* apontaram a relação entre o desmatamento da região e o crescimento de endemias. De acordo com dados da Fundação Nacional de Saúde (FNS), os casos de malária passaram de 55 mil em 1994 para 110 mil no ano passado. Em 1978, a área alterada pelo homem alcançava 152 mil quilômetros quadrados de floresta, segundo registros do sociólogo Lúcio Faria Pinto, da Universidade Federal do Pará. No fim de 1998, a região devastada já chegava a 550 mil quilômetros quadrados.

Na avaliação do chefe do escritório da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) em Manaus, Luciano Toledo, os maiores responsáveis pelo desmatamento são as madeireiras, os garimpeiros, a modernização agrícola, os assentamentos e o crescimento desenfreado da periferia de Manaus. Num desmatamento desordenado, a vegetação é lançada nos rios, represando-os e formando pequenas lagoas. "Esses locais são ideais para o mosquito procriar", explicou Toledo. (Colaborou Roberta Jansen)